

Em 84, economia sente peso do ajuste

EDUARDO BRITO
Editor de Economia

Se você não gostou de 83 prepare-se: vai testar 84. A piadinha, velha apesar da roupa nova, veio ganhando força à medida em que se aproximava o final do ano e empacou dezembro com cor de verdade. As últimas medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional apenas a reforçaram e, mais do que tudo, tornaram claro que o peso maior da recessão, do chamado ajuste

Foi assim que cada brasileiro sentiu na pele o que significa a expressão economia de guerra, usada certa vez, há bastante tempo, pelo presidente Figueiredo — e que, até agora, permanecia como uma expectativa longínqua e passível de exorcização. Aliás, seria prematuro dizer que o brasileiro já a sentiu na pele. Não a sentiu, pelo menos em sua plenitude, exceção aos atingidos pelo desemprego, mas vai sentir-la no ano que se inicia, quando então as provisões que se tomaram estariam em efetivo vigor.

Um exemplo pode ser dado pelas medidas na área fiscal. Está lá, escrito com todas as letras no Decreto-lei 2.065 — ratificado pelo Congresso — que todos pagariam mais imposto. Mas esse aumento da carga tributária só atingirá a cada um no decorrer de 1984. A classe média pagará uma fatia substancial, principalmente através do hábil artifício que foi o reajuste das faixas de renda para efeito da tributação em níveis inferiores ao da inflação. Assim, alguém cuja renda limitou-se a acompanhar a inflação remeterá ao Fisco uma parte maior dela.

Mas não foi apenas o Imposto de Renda que subiu. Também o imposto sobre circulação de mercadorias pôde ser elevado, graças a autorização aprovada pelo Senado e aproveitada por praticamente todos os estados, mesmo pelos que têm hoje governos eleitos, pela oposição. Pouco antes, a emenda Passos Porto implicava, gracas a uma nova redação surgida dos diálogos entre Executivo e Legislativo, não mais uma transferência da União para os Estados e Municípios, mas um outro aumento da carga tributária.

Esses aumentos não alcançaram apenas, desta vez, a classe média. O ICM, como imposto indireto que é, atinge indistintamente o rico e o pobre: todos precisarão pagar o mesmo adicional, por exemplo, sobre o frango que comerem após 1º de janeiro. E taxou-se mais fortemente o ganho da capital, como o obtido através do open market, ou seja, sobre a especulação feita pelos particulares ao financeiro o excesso de gastos públicos.

A carga tributária, dessa maneira, se elevará a um nível bem superior até ao recorde dos últimos anos, registrado em 1977, quando os brasileiros recolheram ao Tesouro 10,2 por cento do Produto Interno Bruto. Essa proporção caiu a 9,6 por cento em 1978, a 8,1 por cento em 1979 e a atual administração estabilizou-a, até o ano que agora se encerra, em torno dos 8,5 por cento. Em 1984 o seu incremento será superior a 2 por cento, provavelmente fazendo-a passar dos 11 por cento.

Paralelamente, os reajustes dos salários deixaram de seguir a política salarial adotada em 1979 que, embora sacrificasse um pouco a classe média, mostrava-se generosa com a faixa de população que ganha até três salários mínimos e recebia aumentos 10 por cento superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Todo mundo se lembra das sucessivas tentativas do Executivo para aplicar uma política salarial mais restritiva, através de decretos-leis. Seu objetivo, mais do que alcançar o poder aquisitivo dos assalariados, era reconhecidamente baixar os gastos das estatais. As empresas privadas, afinal, já vinham se defendendo do descompasso dos custos — e continuam a fazê-lo, como mostram os declinantes índices de emprego — através da rotatividade e dos cortes sumários de pessoal.

A partir de julho, quatro decretos-leis sobre política salarial sucederam-se. Foram retirados ou derrubados pelo Congresso, até que um acordo com o PTB garantiu a aplicação do último, o mesmo 2.065 que contém um pacote tributário. Afirma-se que estava ai o inicio do processo de abertura econômica, com o Executivo buscando acordo com o Legislativo. Na verdade, ainda não há mostras claras de que a totalidade do Executivo compartilha dessa visão: a liderança do PDS no Senado, por exemplo, viu-se levada a reagir contra a tentativa de ministros da área econômica para forçar a maioria de senadores a negar qualquer acordo. Só a intervenção do chefe do Gabinete Civil rompeu o impasse.

Com tudo isso, evitou-se que a massa de salários passasse a sofrer reajustes inferiores a 80 por cento do INPC. Essa base ficará perto dos 87 por cento, talvez até um pouco mais de acordo com os cálculos do Ministério do Trabalho. Não deixará de ocorrer, porém, uma perda do poder aquisitivo — uma perda que, como a causada pelas mortidões do Leão, será sentida especialmente no ano que começa. Aos funcionários públicos aplicou-se percentual semelhante, dando-se por 65 por cen-

da economia será sentido mesmo no ano que entra.

No decorrer de 1983, em especial no seu segundo semestre, as notícias que encontraram repercussão negativa foram muitas. Sucederam-se as limitações aos reajustes de salários, o aumento da carga fiscal, o corte aos subsídios dados pelo governo. Paralelamente a inflação subia a patamares recordes, não restando dúvida de que fechara o ano em quase 220 por cento, índice inédito na história do País.

to de reajuste o que correspondeu a 80% do INPC. A parte a discussão se essa base de cálculo é justa ou não, deve-se lembrar que, diferentemente do que ocorre no setor privado, o aumento dos servidores não foi escalonado segundo a faixa salarial.

Aliás, tanto o INPC quanto a correção monetária foram expurgados em julho e agosto, o que significa que cresceram bem abaixo da inflação. Por exemplo, a correção foi de 159%, mas de 50 pontos abaixo da inflação.

O comércio e a indústria também tiveram do que se queixar. A queda do produto industrial, de acordo com dados preliminares, passou dos 7 por cento. O comércio vendeu 6 por cento menos. Com isso, o número de concordados no principal centro econômico do País cresceu 117 por cento em um ano.

Na maior parte dos casos, as queixas dos empresários se assemelham. Começam pela falta de encomendas do arrochado setor público — que levou a uma ociosidade superior a 30 por cento entre os produtores de bens de capital — passam pelas dívidas do próprio setor público, que já ultrapassam os Cr\$ 520 bilhões apenas no que se refere às estatais, e chegam à retração do consumo causada pela perda do poder aquisitivo da população, via desemprego e via reajustes menores dos salários. Mas o tema mais repisado pelos empresários, mais até que o tabelamento do reajuste de outros produtos, foi a alta taxa de juros.

O presidente da Associação Comercial de São Paulo levou ao presidente Figueiredo documentos assegurando que as taxas cobradas pelos bancos para o desconto de duplicatas chegam a 430 por cento. Velo famoso despeço do presidente — “até quando é possível suportar isso” — cuja divulgação causou inegável mal-estar. Um mal-estar tão grande que o presidente da Associação foi despedido da porta da sala presidencial

WILSON PEDROSA



Anna Jui: a vistosa fiscal do FMI virou personagem da crise



Pastore, apoiado por Galvões, substituiu Langoni

MARCUS OTTONI



Delfim demitiu Langoni, derrubou Beltrão e ampliou ainda mais seu poder

quando ia entrar para nova audiência, quando aliás mostraria que as próprias financeiras admitiam estar, nove meses após o despacho, cobrando juros de quase 450 por cento.

Na verdade, após terem publicado no final de 1982 balanços altamente positivos, os próprios bancos têm suas queixas, alegando que os seus lucros estão caindo. Há a certeza, porém, de que os juros não cairão. Pelo contrário, o orçamento monetário para 1984, aprovado neste final de novembro, garante uma expansão ainda menor dos meios de pagamento, 50 por cento para todo o ano. Menos moeda, mais juro, é o que determina a lei da oferta e da procura, desafiada em meados de 1983 por um tabelamento de juros que, segundo alguns por má vontade dos aplicadores, acabou não funcionando como se queria. Para o primeiro trimestre de 1984, em especial, o arrochamento monetário será extremo.

É um conhecido figurino monetarista. Apertando o crédito, diminui-se a inflação à custa de juros maiores que por sua vez levaram os agentes econômicos a contrair-se. Sem tomadores de crédito, ou melhor, com menor demanda por crédito, as instituições financeiras tendem a reduzir os juros, vindos de um novo estímulo à economia e um novo crescimento econômico, erigido sobre bases sólidas. Na voz popular se diz que empobrecendo todo o mundo se faz trabalhar mais e, assim, a recuperar-se. Só que há tam-

portações, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Superar essa situação foi a grande batalha das autoridades econômicas em 1983, como, ao que tudo indica, também o será em 1984. No meio da guerra

tombou o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, integrante de um trio que se tornou conhecido como poucos comandos econômicos da História do País — e um trio que já não era o mesmo ao iniciar-se 1983, pois Langoni se tornara um estranho no ninho. Foi substituído por Affonso Celso Pastore, bem mais ligado ao ministro Delfim Netto, e a luta continuou. Aliás, foi também uma disputa com Delfim que derrubou o ministro da Previdência, Hélio Beltrão.

Veio daí o que constituiu o maior estrangulamento externo já vivido pela economia brasileira em todos os tempos. O chamado setembro negro de 1982 apenas deu uma idéia do que seria o sufoco do segundo semestre de 83, quando os débitos vencidos e não pagos do País chegaram a US\$ 3,7 bilhões. Isso levou a cortes drásticos nas im-

portações, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma moratória de fato, embora não de direito.

Portanto, ameaçando a chamada sucatação do parque industrial brasileiro e o risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso corresponde a uma mor